

## **HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: uma filosofia da história?**

*Amarílio Ferreira Jr.\**

**RESUMO:** A partir da década de 30, por influência da fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), surgem as primeiras interpretações marxistas da formação sócio-econômica brasileira. Todavia, em decorrência da sacralização da teoria social de Marx, nos cânones do marxismo-leninismo instituídos pela III Internacional Comunista, essa tendência epistemológica da historiografia consubstanciou a realidade brasileira através de um quadro categorial esquemático estabelecido de forma **apriorística**. A **História Nova do Brasil** não renegou esse quadro. Deu-lhe um caráter nacionalista com, pelo menos, dois propósitos: desmistificar as falsificações da **História do Brasil** e servir de instrumento ideológico na luta pela libertação do País.

### **I - Introdução**

O principal traço que caracterizou a virada da década de 50 para 60, na história contemporânea brasileira, foi, sem dúvida, a disputa que as duas mais importantes facções das classes dominantes travaram entre si pela conquista da hegemonia política do Estado nacional.

De um lado, a tendência política liberal-conservadora - capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN), amplos setores da burguesia industrial, latifundiários e estratos das classes médias - que propugnava por um projeto de modernização autoritário da organização das relações capitalistas de produção, principalmente, pela via da

---

\* Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorando no Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP).

importação massiva de capitais industriais e financeiros norte-americanos, sem, contudo, patrocinar mudanças nas questões estruturais da formação societária brasileira.

Do outro, o bloco sócio-político nacional-populista - liderado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), frações da burguesia industrial e os trabalhadores urbanos - que defendia o ideário programático recortado pela possibilidade de se desencadear um processo de desenvolvimento capitalista nacional através da superação dos entraves sócio-econômicos herdados do período colonial. Ou seja, empreendia-se uma estratégia centrada em dois elementos que se complementavam: (a) aliança política entre a burguesia industrial e o proletariado fabril, classes sociais emergentes desde os anos 30; e (b) execução dos pontos da chamada reformas de base, tais como: controle sobre as remessas de lucro das multinacionais, reforma agrária, nacionalização das refinarias de petróleo etc. O desfecho desse impasse político, que culminou no golpe militar de 64, foi estudado por Octávio Ianni assim:

*(...) para compreendermos melhor em que medida o golpe de Estado de 1964 é o fecho de uma sucessão de acontecimentos (orientados no sentido de acelerar a reintegração do Brasil na esfera da 'Civilização Ocidental', com sistema econômico e político) é necessário reconhecer que se havia encerrado o ciclo de industrialização baseado na substituição de importações. Em especial, enquanto modelo de desenvolvimento econômico nacionalista, apoiado amplamente em bases populares e implicando numa política externa independente, o padrão getuliano havia entrado numa encruzilhada (1978:148).*

No auge deste conflito de interesses de classes, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) - uma agência estatal, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), criada, na segunda metade da

década de 50, com a função de elaborar políticas estratégicas - desempenhou um papel fundamental. O historiador Nelson Werneck Sodré, um dos seus fundadores, analisando o desempenho do ISEB neste interregno, concluiu que:

*(...) o ISEB evoluiu, e nele se travou logo a luta entre partidários do desenvolvimento tendo como única saída o capital estrangeiro, e partidários do desenvolvimento tendo como saída o capital nacional. O cabeça da primeira orientação foi o economista Roberto de Oliveira Campos, membro do Conselho Curador, e que jamais escondeu a sua posição antinacionalista. Entre as duas correntes, por longo tempo, pretendendo conciliar os antípodas, ficou balançando o professor Hélio Jaguaribe (1977:131).*

O grupo de historiadores que concebeu os fascículos da História Nova do Brasil (HNB) era vinculado ao ISEB. Além de Nelson Werneck Sodré, encarregado da parte brasileira no Departamento de História, o grupo era formado pelos seguintes historiadores: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubens César Fernandes.

A HNB, enquanto produção científico-cultural, foi produzida neste contexto conjuntural crucial da história da sociedade brasileira coetânea. Neste momento, a HNB serviu como um dos instrumentos ideológicos que incrementou ainda mais a luta entre essas duas facções sócio-políticas, na medida que efetivou uma síntese interpretativa da história do Brasil consoante com os interesses políticos da facção nacional-populista. Pedro de Alcântara Figueira, um dos historiadores protagonistas da HNB, referindo-se à simbiose entre marxismo e nacionalismo que marcou os pressupostos teóricos daquela concepção da História do Brasil, afirmou que:

*Com o nacionalismo, nós nos afastamos de tudo o que era real. E o marxismo, nós o reduzimos ao nacionalismo.*

*Ficamos, na verdade, órfãos tanto de história quanto de teoria (SANTOS et al, 1993:43).*

Assim sendo, a HNB foi produzida a partir de pressupostos teóricos interpretativos pré-concebidos. Em outras palavras: os historiadores que conceberam a HNB estavam situados num dos vários matizes ideológicos que compunham o largo espectro do mundo político nacional. Portanto, a HNB constituiu-se num amálgama entre uma fundamentação ideológica nacionalista, de cunho marxista, e a interpretação histórica dos principais acontecimentos que marcaram o processo de formação da sociedade brasileira.

O desequilíbrio existente nesta combinação, em favor do forte tom nacionalista e a ausência de uma pesquisa sistemática das fontes da história do Brasil, suscita a seguinte questão: seria a HNB uma filosofia da história? Os argumentos, a favor e contra, proporcionaram uma fecunda polêmica no âmbito da historiografia brasileira contemporânea. Este artigo tem como objetivo participar desta polêmica assumindo uma posição tanto de afirmação quanto de negação da HNB. Com outras palavras: é impossível produzir conhecimento no campo científico das ciências humanas sem o concurso da ideologia, mesmo quando se tem claro que a ideologia existe para esconder as evidências históricas, de um lado; do outro, o fato de que as ciências humanas, para lograrem êxitos nas suas empreitadas, precisam de uma sistemática e lógica pesquisa empírica para alcançar o *status* científico dos seus campos de conhecimentos. As contradições existentes entre a aparência do mundo fenomênico (que pode ser tomado como uma representação ideológica) e a sua essência orgânica (sempre apresentada como verdade científica) foi interpretada por Karel Kosik nos seguintes termos:

*Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. (...) Por conseguinte, a diferença que separa fenômeno e essência equivale à diferença entre irreal e real, ou entre duas ordens diversas de realidade? A*

*essência é mais real do que o fenômeno? A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou 'autêntica' realidade (1976:12).*

Mas, por que no campo científico das ciências humanas essa questão se coloca de maneira central? Porque as ciências humanas têm como objeto do conhecimento exatamente as relações sociais que os homens travam entre si e com a natureza, tanto no processo de produção da riqueza material quanto nas manifestações espirituais que consubstanciam a existência destes mesmos homens.

## **II - História Nova do Brasil: uma concepção histórica do seu tempo**

A produção historiográfica brasileira, grosso modo, poderia ser mapeada a partir da influência de três grandes tendências epistemológicas. Em primeiro lugar, a corrente historiográfica engendrada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma das principais agências ideológicas de sustentação da ordem imperial. A plêiade de historiadores vinculados ao IHGB dos tempos do 2º Reinado - que estabeleceu os primórdios de uma interpretação da história brasileira correspondentes aos períodos da Colônia, 1º Reinado e Regências - propugnava por uma concepção da história apenas factual, assentada em datas e personagens. Neste sentido, José Honório Rodrigues referindo-se a alguns destes historiadores afirmou que:

*Os principais continuadores de Capistrano, Rodolfo Garcia e Afonso Taunay, seguiram mais a corrente do puro revisionismo factual. O primeiro, com sua excepcional erudição, preparo histórico e bibliográfico, corrigiu e ampliou a **História Geral**. O segundo preferiu, seguindo*

*ainda o caminho apontado por Capistrano, preencher a grande lacuna evidente naquela História (1970:168).*

Há mais, porém:

*Por volta de 1900 são ainda mais evidentes os estímulos da literatura histórica germânica. Agora é nos métodos de seminário de Ranke e na doutrina antropogeográfica de Ratzel que vai buscar os elementos de investigação e interpretação dos fatos (1970:178).*

No mesmo sentido, da crítica estabelecida por José Honório Rodrigues, o historiador Carlos Guilherme Mota, na sua obra ***Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)***, afirmou que:

*A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos efeitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1830), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros do conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937) (1977:28).*

Desta forma, desenvolveram-se, após a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no início da década de 20, as primeiras explicações - do processo de formação da sociedade brasileira - baseadas no materialismo histórico. Octávio Ianni, analisando o impacto causado pela obra de Caio Prado Jr., fundador desta nova corrente historiográfica, considerou que:

*Na interpretação dialética da história da sociedade brasileira, a reflexão lida particularmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações essas que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho (1989:65).*

Do mesmo modo, Florestan Fernandes, também, aponta um sentido de ruptura na historiografia quando do aparecimento das primeiras interpretações marxistas da formação sócio-econômica brasileira, pois:

*Como historiador, Caio Prado Júnior preocupava-se em cobrir as lacunas da história descritiva da maioria dos cultores da matéria, e de corrigir as armadilhas das obras de síntese histórica, algumas de alta qualidade, que prevaleciam naquele momento. Como marxista, pretendia forjar uma obra-mestra, que servisse de fundamento para que as correntes socialistas e democráticas (especialmente o PCB) pudessem formular uma representação sólida das debilidades, do trajeto e dos objetivos específicos da revolução brasileira (1991:6-5).*

A terceira, a mais contemporânea, tem o seu estêncil nos pressupostos teóricos produzidos pela *École des Annales* através, particularmente, dos matizes que tomaram expressão nas correntes historiográficas denominadas de: mentalidades e cotidiano. Interpretando as influências da Nova História no Brasil, o historiador Luiz Felipe de Alencastro argumentou que:

*A discussão, na França, se dá num terreno bem balizado, com a retaguarda de uma historiografia bem estabelecida,*

*um ensino de história muito eficaz no secundário e nas universidades e uma história positivista muito bem sedimentada, com datas, personagens etc. Quando a 'École des Annales' começou a combater isso, já antes da Segunda Guerra, ninguém pensou, como se faz por aqui, que as datas não tinham a menor importância. É um mal-entendido sem tamanho. Nenhum desses grandes historiadores franceses, como o Jacques Le Goff, o Duby e outros, é só especialista em mentalidades. São também especialistas em história econômica e história política. A base deles é essa. Sem levar isso em conta, no Brasil se perdeu a idéia de 'última instância' (1994:6-8).*

A HNB, que foi engendrada na primeira metade da década de 60, situa-se no âmbito deste quadro geral da historiografia brasileira. Mais precisamente, ela se constitui numa das frações em que se dividiu a concepção marxista da história no Brasil. A HNB, portanto, contextualiza-se pelas divergências epistemológicas que fundamentavam as várias formas de se produzir o conhecimento histórico sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Assim, surgiu, também, como uma forma de reação contra as interpretações perpetradas pelas gerações de historiadores afiliados do IHGB. Ou, de outra forma: a HNB, no fundamental, colocou-se com uma interpretação de síntese nacionalista do processo formativo da formação sócio-econômica brasileira. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, um dos membros do coletivo de historiadores que escreveu a HNB, referindo-se ao seu Curso de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), teceu essas considerações:

*Como estudantes da FNFi tivemos uma precaríssima formação acadêmica, especialmente no que concerne ao aprendizado da História de nosso país. A cadeira de História do Brasil era dirigida por um medíocre professor que nos*

*obrigava a memorizar para o exame os fatos mais irrelevantes, mas que compunham a 'sua' História do Brasil. Seu curso, de dois anos, era somente seu livro: um catatau de événementiel sem importância. Hélio Viana, este o seu nome, era uma pessoa correta, distinta mesmo, e monarquista. Sempre senti vontade de gritar 'Viva a República' em uma de suas aulas, que começavam e terminavam pontualmente, sem que por um instante sequer ele interrompesse sua peroração. Em suma, um pequeno mártirio... (SANTOS et al, 1993:52-53).*

O plano da HNB tinha a pretensão de abarcar os principais períodos da história do Brasil; entretanto, em decorrência do golpe militar de 64 a proposta original ficou inacabada. Pelo plano da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), órgão do MEC responsável pela compra dos livros didáticos, concluiu-se a publicação apenas das partes referentes aos períodos da colônia e do império. Já na proposta da Editora Brasiliense (1965) imprimiu-se apenas o volume 1 do período colonial. Mas, originalmente ela fora planejada, por recomendação do CASES, como livro didático de história do Brasil para as escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus. O governo João Goulart, em fevereiro de 1964, havia promulgado o Decreto nº 53.583 que dispunha sobre a edição de livros didáticos, o Artigo 2º do referido Decreto estabelecia que:

*Os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries (BOBBIO, 1964:171).*

Com a ruptura constitucional de 64, a HNB passou a sofrer um processo de perseguição por parte do regime militar. O historiador Nelson Werneck Sodré, um dos autores da obra, descreveu o processo de repressão política contra a HNB da seguinte forma:

*É preciso considerar antes de tudo, que a História Nova do Brasil é talvez a obra científica que em todos os tempos, aqui, foi mais acusada de inferior e, entretanto, mais mereceu 'pareceres'. Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se em 'pareceres' o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Nacional do Livro didático, etc. É muita força para tanta fraqueza. Além disso, apreenderam duas edições dela, a oficial e a particular; exilaram ou prenderam os seus autores e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante (SANTOS et al, 1993:103-104).*

O resultado da campanha ideo-política contra a HNB culminou com o Decreto nº 53.887, de 14 de abril de 1964, portanto menos de quinze dias após o golpe de Estado que depusera o presidente João Goulart. Esse Decreto dispunha sobre edição de livros didáticos e revogava o Decreto nº 53.583, de fevereiro de 1964. O Artigo nº 2, do Decreto de abril de 64, estabelecia o seguinte quanto à questão dos livros didáticos:

*A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação (BOBBIO, 1964:345).*

É claro que a HNB não fazia parte da “escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação”.

### **III - Conclusão**

É impossível pensar a história da humanidade sem as condições impostas tanto pelas necessidades objetivas da existência material, através

das relações sociais de produção, quanto as manifestações subjetivas da liberdade de expressão, plasmada pelo mundo das idéias, com genuínas criações dos homens no processo de construção das suas organizações societárias. István Mészáros, analisando a dimensão histórica do objetivo e do subjetivo nas relações sociais humanas, concluiu que:

*O homem tanto é **homo faber** quanto **homo sapiens**, e assim inseparavelmente. Ao mesmo tempo, as idéias que não são mediadas para a base material da vida social, através das atividades vitais dos indivíduos que constituem a sociedade, não são, de forma alguma, ativas; ao contrário, são relíquias sem vida de uma época passada. E uma vez que os indivíduos operam em determinados contextos sociais, eles têm de mediar suas idéias de uma forma institucional apropriada à natureza dos problemas envolvidos (1993:210).*

A ideologia, também, coloca-se como uma das principais expressões do mundo das idéias, responsável pela formação da espiritualidade humana. Portanto, a ideologia, em determinado momento do contexto de uma sociedade historicamente dada, ocupa um papel ativo no âmbito das relações dialéticas que se estabelecem entre a base e a superestrutura, ou seja, as relações dialéticas existentes entre forças produtivas, relações de produção e o ilimitado campo das idéias. Mesmo quando essa ideologia materializa-se a partir de uma compreensão nacionalista das relações capitalistas de produção. Aliás, o próprio Marx computou um papel de destaque da ideologia nas estruturas formativas da totalidade histórica capitalista, tal como esta passagem que encontramos no famoso prefácio da obra ***Para a Crítica da Economia Política***:

*Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de*

*rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim (1978:130).*

Assim, é neste sentido que devemos compreender, no contexto histórico brasileiro após a década de 30, a ideologia do nacionalismo. O nacionalismo foi o invólucro ideológico que revestiu o modelo estatal getuliano de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. A HNB funcionou como um cariz justificador desta ideologia no campo do conhecimento histórico. Não adianta ficar lamentando o fato histórico de que o processo de consolidação das relações capitalistas de produção, no Brasil, não se deu mediante uma revolução burguesa nos moldes clássicos; e que em função disso, a burguesia, gestada nas entranhas do Estado nacional, tem medo do capital e o proletariado, pela via das alianças espúrias, trai o seu itinerário revolucionário. Ambas as classes são protagonistas sociais fundamentais do processo histórico singular assumido pela sociedade capitalista brasileira e, conseqüentemente, produtos históricos deste mesmo capitalismo. E mais: não existe um modelo único de desenvolvimento da formação sócio-econômica capitalista. Qualquer tentativa de se estabelecer paradigma perfeito de formação societária capitalista acaba por desembocar numa concepção semelhante à filosofia da história de Hegel. Para Hegel o Estado burguês, do tipo prussiano, representava a encarnação do Espírito universal, portanto, era perfeito. Por conseguinte, foi nesta perspectiva que a concepção hegeliana teleológica da história propugnou o fim da própria história (1972:85).

De resto, temos de considerar que, se por um lado, os pressupostos ideológicos nacionalistas da HNB produziram uma compreensão mutilada da formação da sociedade brasileira, pois, relegou a investigação sistemática das fontes históricas para um segundo plano; por outro, ela correspondia em exata medida a uma das concepções ideológicas que disputava a hegemonia política do Estado nacional naquela determinada

etapa do contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Desta forma, a HNB acabou por produzir uma concepção histórica fechada do processo formativo da sociedade brasileira. István Mészáros criticando as formas fechadas de se conceber a história alertou para fato de que:

*(...) as tentativas de produzir sistemas de explicação histórica nitidamente fechados e encerrados em si próprios resultam, ou em alguma redução arbitrária da complexidade das ações humanas à simplicidade grosseira de determinações mecânicas, ou na superação idealística de um tipo ou outro de transcendentalismo a priori à imanência do desenvolvimento humano (1993:168).*

Além do mais, a atividade científica no campo das ciências humanas, na qual se encontra a história, não se realiza sem o concurso também dos pressupostos teóricos da ideologia. José Honório Rodrigues, na sua obra *História e Historiografia*, analisando a influência da ideologia na história, vaticinou o seguinte:

*Todos sabemos hoje que não existe história sem teoria ou ideologia histórica. A necessidade de rescrever a história corresponde a esta verdade. A atitude de cada século em face da herança comum representa um fenômeno novo que a geração seguinte deverá vencer. Nisto reside o desafio que a história provoca, pois, cada época incorpora a forma e o espírito de sua idade. Daí o caráter provisório e relativo do saber histórico, daí também seu conteúdo ideológico (1970:153).*

Concluimos reafirmando que a HNB foi um produto ideológico do seu tempo, tempo do marxismo da III Internacional Comunista, ou seja, da sacralização da teoria social de Marx nos cânones do leninismo instituídos por Stálin.

#### IV - Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Entrevista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 dez. 1994. Caderno 6, p. 7-8.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964. Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências. In: BOBBIO, Pedro Vicente. **Lex**; coletânea de legislação. São Paulo: Lex Editora, 1964. p.171.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 53.887, de 14 de abril de 1964. Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964. In: BOBBIO, Pedro Vicente. **Lex**; coletânea de legislação. São Paulo: Lex Editora, 1964. p. 345.
- BOBBIO, Pedro Vicente. **Lex**; coletânea de legislação. São Paulo: Lex Editora, 1964. p.171.
- CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1943 a 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982. 325 p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 2).
- FERNANDES, Florestan. *Obra de Caio Prado nasce da rebeldia moral*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 set. 1991. Caderno 6, p. 5.
- HEGEL, G. W. F. **La razon en la historia**. Trad. César Armando Gómez. Madrid: Seminarios y Ediciones, 1972. 333 p.
- IANNI, Octávio. A dialética da história. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **História e ideal**; ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 63-78.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 223 p.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Trad. Célia Neves et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 229 p.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução: José Carlos Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 404 p. (Coleção os Pensadores).

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**; ensaios de negação e afirmação. Trad. Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993. 287 p.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**; pontos de partida para uma revisão histórica. 3 ed. São Paulo: Ática, 1977. 303 p.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970. 306 p.

SANTOS, Joel Rufino dos et al. **História Nova do Brasil (1963-1993)**. São Paulo: Loyola, 1993. 212 p. (Memória - 18).

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 4 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 258 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, v. 1, p.101-119.

SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB - 2. Crise. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1997, v. 2, p.119-143.